



O IDEÁRIO DOS PROJETOS URBANOS PARA AS FAVELAS CARIOCAS

Autores:

Henrique Amorim Soares - Universidade Federal Fluminense - hasoares@id.uff.br

Resumo:

Houve uma ruptura no urbanismo carioca nos anos 1990, quando novos modelos renovaram o debate e fomentaram o retorno à prática de arquitetos externos à administração pública, destacando-se o projeto pontual em detrimento do plano de larga escala e a urbanização como resposta ao “problema-favela”. Através de revisão da literatura corrente e de projetos apresentados em concursos de metodologia, este trabalho contextualiza essa inflexão e analisa as principais noções empregadas por arquitetos para refletir e intervir na cidade informal. Observamos a disposição para apreender o espaço a partir de seu aspecto visual e a suposição de que seria possível promover alterações socioeconômicas controladas por meio de modificações físicas na cidade.

O IDEÁRIO DOS PROJETOS URBANOS PARA AS FAVELAS CARIOCAS

RESUMO

Houve uma ruptura no urbanismo carioca nos anos 1990, quando novos modelos renovaram o debate e fomentaram o retorno à prática de arquitetos externos à administração pública, destacando-se o projeto pontual em detrimento do plano de larga escala e a urbanização como resposta ao “problema-favela”. Através de revisão da literatura corrente e de projetos apresentados em concursos de metodologia, este trabalho contextualiza essa inflexão e analisa as principais noções empregadas por arquitetos para refletir e intervir na cidade informal. Observamos a disposição para apreender o espaço a partir de seu aspecto visual e a suposição de que seria possível promover alterações socioeconômicas controladas por meio de modificações físicas na cidade.

Palavras-chave: projeto urbano; urbanização de favelas; Rio de Janeiro.

SET OF IDEAS OF URBAN PROJECTS FOR THE FAVELAS OF RIO DE JANEIRO

ABSTRACT

In the nineties there was a breakdown in the field of urbanism in Rio de Janeiro, when new models renewed the discussion and promoted the return to practice of architects not connected with the public administration, prioritizing specific projects to the detriment of large-scale plans, and the urbanization as an answer for the slum issue. This work aims to contextualize this inflection by reviewing the current literature and the projects which were submitted to methodological competitions toward analyzing the major notions applied by architects to intervene and reflect upon informal city. We observed the inclination to understand the space from its visual aspect and the assumption that it would be possible to change the socioeconomic reality by physically changing the city.

Keywords: urban design; urbanization slums; Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

A Arquitetura ganhou autonomia enquanto ramo de conhecimento na Renascença, a partir da separação entre os trabalhos intelectual e manual na construção. Essa separação possibilitou a elaboração e a visualização antecipada da forma a ser edificada através da técnica de projeto, que passou a anteceder e ser desenvolvido externamente ao local da execução da obra (CARDOSO, 1989).

O projeto adquiriu materialidade e especificidade com a formulação de uma nova codificação visual fornecida pelas criações do *Quattrocento*, sobretudo por meio da perspectiva e da geometria descritiva, as quais se articularam como métodos racionais de representação, permitindo uma descrição antecipada do objeto a ser edificado: imediatamente compreensível, pela perspectiva; mensurável e reproduzível, pelo método geométrico (CARDOSO, 1989).

O método de projeto arquitetural se estendeu para o campo do urbanismo através da definição da cidade como ‘conjunto edificado’, possível de ser construído ou modificado através de modelos ideais pré-concebidos (CARDOSO, 1989, p. 80). A noção de plano representa a extensão do projeto para a cidade (BOUTINET, 1990). A diferença entre plano e projeto reside, sobretudo, na ampliação das escalas espacial e temporal.

Embora a ideia de plano de cidade tenha se configurado na Renascença, Cardoso (1989) adverte que o urbanismo somente se estabeleceu enquanto disciplina no final do século XIX, através de “textos ‘fundadores’” e “da organização de um campo específico de prática profissional” (CARDOSO, 1989, p. 76). Entretanto, o termo urbanismo foi cunhado somente no início do século XX (BARDET apud CHOAY, 1979): neologismo criado para dar nome ao ramo do conhecimento surgido juntamente com a expansão da sociedade industrial. A nova disciplina se diferencia das “artes urbanas” que a antecederam pelo caráter crítico e por ter pretensões científicas (CHOAY, 1979, p. 18).

O urbanismo, designação para a disciplina consolidada, distingue-se de sua fase de gestação, denominada por Choay (1979) de pré-urbanismo, em dois aspectos. Em primeiro lugar, deixa de ser “obra de generalistas” e torna-se – tanto nos aspectos teórico quanto prático – privilégio de “especialistas, geralmente arquitetos” (CHOAY, 1979, p. 18). Em segundo lugar, o urbanismo abandona a “visão global” e politizada da sociedade da fase anterior. Françoise Choay assevera que essa despolitização se deve à retomada nos países capitalistas do controle por parte das “classes dirigentes” – burguesas e liberais –, as quais retiraram do urbanismo levado à prática “certas ideias e propostas do pensamento socialista do século XIX” (CHOAY, 1979, p. 18).

Portanto, o urbanismo consolidado é caracterizado por uma disciplina dominada por especialistas, distanciados de questões políticas, os quais precisam dar respostas práticas a problemas da cidade industrializada. No urbanismo passam a concorrer diversos “ramos do conhecimento surgidos com as transformações da Revolução Industrial” (MERLIN, 2009 apud NOVAIS, 2014, p. 15). Não obstante, Cardoso (1989) destaca a aproximação dos arquitetos do urbanismo no seu nascedouro. O domínio das técnicas de projeto lhes

garantiu vantagem no campo em formação: a apropriação do projeto enquanto método de antecipação de construção e modificação do espaço confere aos arquitetos primazia na disciplina que se solidificava (CARDOSO, 1989, p. 81). Seus recursos técnicos permitem a visualização de cenários ideais e a manipulação de expectativas futuras.

Choay (1979) identifica diferentes concepções de cidade surgidas no nascimento do urbanismo. Dominou entre os arquitetos o modelo progressista, sobretudo pelo seu alinhamento à arquitetura moderna nascente na Europa no início do século XX. Os ideais progressistas e a arquitetura moderna foram – fundidos e – difundidos a partir dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), que tiveram como um dos seus grandes animadores Le Corbusier, arquiteto e urbanista autodidata franco-suíço, que proclama o surgimento de um “espírito novo”. A ideia-chave difundida nesta linhagem do urbanismo é modernidade. Percebia-se uma ruptura histórica com o advento da sociedade industrial. No entanto, “[...] o interesse dos urbanistas deslocou-se das estruturas econômicas e sociais para as estruturas técnicas e estéticas”, apoiando-se na estetização da máquina moderna (CHOAY, 1979, p. 20). Com isso, suas análises perderam o foco nas transformações socioeconômicas para se concentrar nos aspectos estéticos e tecnológicos da modernidade.

Choay (1979) afirma que a cidade moderna é “composta” na prancheta de desenho do urbanista supondo um homem-tipo deslocalizado. Despojada de detalhes e de ornamentos e utilizando-se de formas geométricas simples, a composição modernista retoma o tema da fragmentação da pintura cubista: organiza-se “em torno de centros de visão múltiplos” (CHOAY, 1979, p. 23). O espaço urbano é o fundo sobre qual são dispostas edificações destacadas e áreas verdes, constituindo vários centros independentes, mas interligados.

A arquitetura moderna e o urbanismo progressista encontraram receptividade por parte da elite intelectual brasileira da época, que contribuiu para a importação dos seus preceitos. Em 1929, Le Corbusier esteve no Brasil a convite de Paulo Prado, “patrono do modernismo em São Paulo” (DURAND, 1989, p. 148). Posteriormente, o arquiteto-urbanista brasileiro Lúcio Costa – ex-diretor da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) e homem de confiança de Gustavo Capanema, Ministro da Educação – participou do 4º CIAM. No evento ocorrido em 1933 em Atenas foram analisadas 33 cidades e elaborada a Carta do Urbanismo (Town Planning Chart), conhecida como Carta de Atenas, que contém os princípios do modelo progressista de cidade. O projeto desenvolvido por Costa para Brasília em meados da década de 1950 sintetiza e materializa os preceitos urbanísticos modernistas (DURAND, 1991).

Conforme será apresentado na seção seguinte do presente trabalho, o período posterior a 1960 caracterizou-se pelo fim da fase de ouro da arquitetura e do urbanismo brasileiro, quando diminuíram as encomendas estatais de projetos urbanísticos e de edificações (DURAND, 1989). O Estado brasileiro, controlado à época por uma ditadura militar, mudou o foco das ações sobre o território, pondo em prática um “urbanismo de plano”, baseado em princípios normativos, no qual o projeto perde força (NOVAIS, 2011).

Todavia, recentemente no país, entidades representativas dos arquitetos, como o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) e o recém-criado Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), têm empreendido esforços no sentido de consolidar e ampliar o campo de atuação destes profissionais: o eixo das ações se concentra em torno da valorização da ideia de projeto enquanto instrumento e método próprio de compreensão e intervenção no espaço. Argumenta-se, por exemplo, que o arquiteto deve assumir o papel de coordenador responsável pela compatibilização de todos os projetos nomeados de “complementares”, realizados por outros profissionais. Nesta perspectiva, o projeto arquitetônico assume posição central de síntese e de conciliação de todas as soluções parciais para a construção de uma edificação.

A difusão da noção de Projeto Urbano a partir da década de 1990 no Rio de Janeiro se relaciona ao contexto acima descrito, uma vez que consiste na tentativa de retomada do domínio das práticas urbanísticas pelos arquitetos. Esta concepção indica a realização de projetos para partes do território em detrimento do plano regulatório da cidade. Sugere intervenções pontuais sobre a cidade a fim de se promover impactos sociais e econômicos estruturais. Credita-se a tal ferramenta um foco adaptativo, ajustável a diferentes ocasiões, adequado até mesmo para intervenções em favelas.

O presente trabalho objetiva apresentar, inicialmente, o contexto que possibilitou o emprego das noções relativas à Projeto Urbano em favelas cariocas, analisando, em seguida, a essência das principais ideias acionadas.

A primeira parte do texto, por meio de revisão da literatura corrente, expõe algumas considerações sobre o panorama do urbanismo no país, da concepção de Brasília até o fim da década de 1980. Após descreve o processo de adoção de novos modelos de planejamento a partir da gestão de Cesar Maia à frente da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, sobretudo através das concepções de Planejamento Estratégico e Projeto Urbano, as quais contribuíram para gerar deformações no campo do urbanismo carioca, alterando a correlação de forças e as posições dos agentes, mobilizando inclusive a Academia para a reflexão sobre estas práticas. A seção ulterior apresenta a conjuntura em que se iniciou a terceirização de projetos de urbanização de favelas, analisando – na sequência – as principais ideias sobre o tema expostas pelos arquitetos Pablo Benetti e Jorge Jáuregui, os quais se tornaram referência no campo. Por fim, sintetiza as disposições fundamentais que caracterizam os recentes projetos urbanos para a cidade informal.

NOTAS SOBRE O URBANISMO NO PAÍS

O urbanismo no Brasil se estabeleceu como prática socialmente legítima a partir da década de 1950, após a construção de Brasília (CARDOSO, 1989). No país, a disciplina é identificada como atividade de arquitetos. O projeto urbanístico de Lúcio Costa para a capital, vencedor de concurso público, e os principais edifícios públicos projetados por Oscar Niemeyer exemplificam o domínio arquitetural no urbanismo, bem como a influência do modernismo no campo (NOVAIS, 2011).

A construção de Brasília foi fundamental para a conquista de uma posição de destaque para a arquitetura e o urbanismo brasileiro no cenário internacional. O presidente Juscelino Kubitschek – que pretendia conferir ares de modernidade ao país – convidou em 1956 o arquiteto Oscar Niemeyer para projetar os principais edifícios da nova capital. Niemeyer havia lhe servido em outras ocasiões, quando JK foi prefeito de Belo Horizonte e governador de Minas Gerais. Através das obras projetadas em solo “mineiro”, o arquiteto “consolidou um capital de confiança, que esteve na raiz das encomendas sucessivas que recebeu ao longo da carreira política de Kubitschek” (DURAND, 1989, p. 14).

Brasília representa o apogeu do mecenato do Estado e a consagração da arquitetura como gênero de cultura e domínio profissional (DURAND, 1991). Brasília é a “encomenda do século” (DURAND, 1989, p. 14). Enquanto materialização dos princípios racionalistas contidos na Carta de Atenas, documento que condensa as principais diretrizes do urbanismo modernista, Brasília também representa um marco divisório na história e o fim de uma etapa da arquitetura que se inicia em 1930 no país (DURAND, 1991).

O período posterior a 1960 ficou conhecido como ‘pós-Brasília’, sendo caracterizado “pela consolidação da profissão no país, pela inflação de diplomados e pelo surgimento de projetos mais diversificados” (DURAND, 1991, p. 2). Logo após a inauguração de Brasília, findou a fase “idílica” da arquitetura brasileira, quando diminuíram as encomendas estatais de projetos (DURAND, 1989).

Ainda que Brasília tenha servido de referência para as gerações seguintes de arquitetos, o urbanismo modernista perdeu legitimidade no país. O Estado, principal contratante, reduziu sua demanda. Também predominou o controle da urbanização com base no zoneamento e na legislação edilícia. Prevaleceu, ainda, o objetivo de garantir o eficiente funcionamento da cidade (NOVAIS, 2011).

A ditadura brasileira centralizou em nível federal o sistema de planejamento e distribuição de recursos governamentais, implementando um “urbanismo de plano”, baseado em princípios regulatórios, no qual o projeto perde força. O Plano Diretor foi definido como principal instrumento urbanístico para o nível municipal (SERRA, 1991 e ROLNIK, 1990 apud NOVAIS, 2011).

Diferentemente do urbanismo modernista, o Plano Diretor não manteve o foco sobre questões estritamente da forma urbana, ampliando a sua atuação e articulando “políticas públicas de desenvolvimento social e econômico” (NOVAIS, 2011, p. 5). Para dar conta dos novos escopos, equipes multidisciplinares substituíram os grupos dominados por arquitetos do modernismo. Economistas, geógrafos, sociólogos, entre outros profissionais, foram incluídos nos grupos técnicos que elaboraram os planos diretores municipais. Os arquitetos compuseram as equipes, mas perderam o papel central atribuído na fase anterior.

A ditadura militar investiu no aparelho estatal, criando e substituindo agências de planejamento do território. Instituições de ensino de planejamento urbano e regional foram estabelecidas e passaram a treinar técnicos para estudar a cidade através de instrumentos específicos: foram difundidos métodos de seleção, coleta e análise de dados e técnicas de elaboração de planos. Os planos diretores elaborados nesse período foram – em grande

parte – realizados por empresas consultoras, as quais desconheciam as dinâmicas locais, o que contribuiu para que esses planos não fossem reconhecidos e legitimados (NOVAIS, 2011).

O declínio do “urbanismo de plano” ocorreu nos anos 1980 a partir das pressões para o estabelecimento de formas participativas de decisão, com o aprofundamento da crise econômica e o desmonte do sistema centralizado de planejamento (NOVAIS, 2011).

A Constituição de 1988 reestabelece, todavia, o Plano Diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana (NOVAIS, 2011). Tal fato reconvocou os técnicos de planejamento urbano ao trabalho. Mas os cursos de planejamento urbano haviam mudado seus interesses: objetivavam formar nos novos estudantes de planejamento urbano “uma consciência crítica” sobre os processos políticos no território, em vez de treinar técnicos para a prática profissional (RANDOLPH apud NOVAIS, 2011).

NOVOS MODELOS E DEFORMAÇÕES NO CAMPO DO URBANISMO CARIOCA

Identifica-se no início da década de 1990 uma mudança no panorama do urbanismo e do planejamento urbano (NOVAIS, 2011). O surgimento de novos modelos de intervenção sobre o espaço urbano, geralmente importados de experiências estrangeiras, tais como Planos Estratégicos, Projetos Urbanos, entre outros, os quais

“[...] Redefiniram as prioridades do setor público, demandaram novas formas de apreensão e representação da cidade e do tecido social, e subverteram a lógica das discussões e das ações. Produziram uma deformação no campo ao funcionarem como mecanismo de redistribuição dos capitais disponíveis, o que permitiu que certos atores dispusessem de condições para interferir e orientar o debate” (NOVAIS, 2011, p. 5-6).

Os objetivos das políticas territoriais foram modificados, implicando a utilização de novas formas de descrição do espaço e das relações sociais e econômicas. As políticas territoriais passaram a ser construídas supondo um cenário de competição entre lugares pela atração de fluxos de capitais externos. Essas alterações permitiram que atores sociais antes situados periféricamente no campo do planejamento urbano tivessem a oportunidade de ocupar posições centralizadas (NOVAIS, 2011).

A circulação de consultores de planejamento (estrangeiros, principalmente) e a difusão de modelos (importados) de ação contribuíram para a inflexão nas práticas sobre o território, alterando a conjuntura do campo profissional da arquitetura e do urbanismo prevalecente até o final da década de 1980 no Brasil. Novais (2011) descreve esse campo dividido entre os “arquitetos stricto sensu” e os arquitetos “envolvidos com o planejamento urbano”, os “urbanistas”.

Os “arquitetos stricto sensu” são descritos como profissionais liberais que trabalham em escritórios de projetos muitas vezes próprios, coordenando equipes multidisciplinares formadas por profissionais subordinados que executam “projetos complementares”, “designação que afirma a centralidade do projeto arquitetônico” (NOVAIS, 2010, p. 170). O interesse na atividade projetual os vincula a processos criativos e, portanto, às artes e à inspiração. Sua apreensão da cidade está pautada por questões formais, tomando as “análises de percepção ambiental como eixo de problematização e do desenho urbano como instrumento de intervenção” (NOVAIS, 2010, p. 170).

Os arquitetos envolvidos com o planejamento urbano, os “urbanistas”, por sua vez, são interessados em questões sociais. São geralmente servidores públicos lotados em órgãos de planejamento e estabelecem relações de igualdade com outros profissionais (economistas, sociólogos, etc.), seus colegas de trabalho e não subordinados. A posição dos “urbanistas”, neste contexto,

“[...] Tendia [...] a ser marginalizada diante de geógrafos, sociólogos e economistas, de cujos métodos e instrumentos analíticos dependem para apreender a cidade: dados quantitativos, sobre os quais se pode garantir controle lógico” (NOVAIS, 2011, p. 6-7).

Os “arquitetos stricto sensu” estavam em posição ainda mais desvantajosa no debate urbanístico devido à sua disposição para pensar a questão urbana em termos da forma e não da dinâmica, “motivo pelo qual eram desprezados pelos planejadores” (NOVAIS, 2011, p. 7).

Foi nesse contexto de cisão do campo da arquitetura e do urbanismo entre dois tipos distintos de profissionais que a noção de Projeto Urbano encontrou receptividade (NOVAIS, 2011). A sua adoção permitiu a ruptura com as divisões anteriores, possibilitando que

“[...] Os papéis coadjuvantes do arquiteto ou do urbanista no planejamento urbano fossem reunidos, na figura do arquiteto-urbanista, reforçando sua posição diante de outros profissionais no país ou de concorrentes estrangeiros” (NOVAIS, 2011, p. 7).

A acolhida da noção de Projeto Urbano “a partir dos anos 1990 deu a arquitetos a oportunidade de recuperar o domínio da atividade e conectou urbanistas com um debate renovado” (NOVAIS, 2014, p. 30). Além disso, a sua adoção acentuou a disputa na Academia pelo domínio teórico das novas práticas. Os projetos implementados no Rio de Janeiro demandaram fundamentação teórica, “encontrando oferta correspondente quando surgiram instituições de ensino envolvidas na renovação do urbanismo [...]” (NOVAIS, 2011, p. 9): as experiências práticas de programas urbanísticos como o Rio Cidade e o Favela-Bairro e do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ), que se tornaram referências, acionaram “um conjunto de iniciativas acadêmicas voltadas para sobre elas refletir, emprestar-lhes sentido e garantir a disponibilidade de competências para implementá-las” (NOVAIS, 2011, p. 9).

Textos de autores da Academia carioca sobre o tema costumam fazer um contraponto entre o PECRJ e o Plano Diretor (PD) aprovado anteriormente: este é descrito como um modelo ultrapassado, idealizado em décadas anteriores “e ‘ressuscitado’ via constituição de 1988” (COUTINHO M. DA SILVA, 2003, p. 106); enquanto que aquele é apontado como prática atualizada e ajustada aos desafios da gestão local ante as transformações globais, a qual valoriza intervenções urbanísticas pontuais, articuladas entre si e associadas a estratégias econômicas, a fim de criar uma nova imagem de cidade (COUTINHO M. DA SILVA, 2003; PINHEIRO MACHADO, 2003).

Nesse sentido, a literatura aponta que o Programa Rio Cidade, em articulação com o PECRJ, se apoiou na requalificação de espaços públicos e na valorização de centralidades urbanas, apregoando o “urbanismo de metástase”, segundo o qual investimentos públicos de “requalificação” de áreas pontuais supostamente estimulam e desencadeiam irradiações de investimentos privados ao redor, espalhando, assim, seus benefícios pelo território de forma mais ampliada. Por seu turno, o Favela-Bairro, programa de urbanização de favelas iniciado com um concurso de seleção de metodologias de projeto ocorrido em 1994, além de incorporar “a favela como problema urbano integrado ao conjunto”, procurou promover modificações sociais através de intervenções espaciais. Assim como o Rio Cidade, o Favela-Bairro teve como pressuposto “ações estratégicas e pontuais sobre o espaço urbano”, mobilizando profissionais, sobretudo arquitetos, “para atender a essa nova frente de atuação na cidade” (PINHEIRO MACHADO, 2003, p. 97-100).

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E PROJETO URBANO NA PRÁTICA

Projeto Urbano (PU) é a “designação que qualifica a mudança ocorrida no urbanismo no início dos anos 1990” (NOVAIS, 2014, p. 19). O privilégio concedido às intervenções localizadas – mas distribuídas espacialmente pela cidade – caracteriza o PU como um “urbanismo de fragmentos” (NOVAIS, 2014, p. 12). A concepção surgiu acompanhada de discursos que indicavam um cenário de competitividade econômica entre territórios e a necessidade de atração de fluxos de capitais, supostamente capazes de promover e sustentar o desenvolvimento econômico local. Contudo, pouca atenção foi dispensada à explicação sobre como os benefícios e os custos resultantes da implantação de PU’s são apropriados por diferentes segmentos da sociedade (NOVAIS, 2011).

A inflexão ocorrida no urbanismo carioca esteve diretamente associada à gestão de César Maia à frente da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ), iniciada em janeiro de 1993. As experiências decorrentes dos novos rumos urbanísticos adotados foram teoricamente inovadoras, mas politicamente conservadoras (NOVAIS, 2011). O discurso de Maia evocava a necessidade de restauração da ordem urbana e encontrou receptividade junto às classes médias (VAINER, 2000; CARDOSO, 2002; NOVAIS, 2010).

César Maia (em entrevista a Novais (2010)) ressaltou a importância da proximidade de políticos com urbanistas em detrimento de economistas. Conforme definiu, aqueles podem intervir na realidade para modificá-la; estes, por seu turno, podem apenas tratar os efeitos (MAIA apud NOVAIS, 2010). O político se aproximou de arquitetos destacados na

cidade, dentre os quais, Luiz Paulo Conde, em 1988. Posteriormente, Maia demandou a assessoria de Conde na campanha de 1992, designando-o Secretário Municipal de Urbanismo e, em 1996, o escolheu sucessor (NOVAIS, 2010).

Quando foi convidado para a campanha de Maia, Conde expressou sua posição crítica em relação ao Plano Diretor (PD) que estava sendo formulado. Para ele faltava ao documento a compreensão de como ficaria a cidade após a aplicação dos índices construtivos e dos zoneamentos propostos: em sua opinião, o PD foi concebido “sem pensar como ficaria o quadro construído” (NOVAIS, 2010, p. 166), pois faltava-lhe antevisão do resultado final. Tal opção desconsiderava as características urbanas de cada localidade e levaria à homogeneização do espaço urbano.

Novais (2010) nota que a questão urbana era para Conde primeiramente um problema de imagem urbana: a cidade é o aglomerado de lugares distintos, cada um com suas especificidades, as quais devem ser respeitadas. Para Conde, a maneira mais adequada para o controle das formas urbanas e de suas especificidades locais é o Projeto Urbano, que deve ser o eixo orientador do planejamento da cidade. Através dele pode-se visualizar antecipadamente o espaço construído.

Além de contribuir para a viabilização do Plano Estratégico, Conde foi responsável pela formulação do Programa Rio Cidade (PRC), que representou um marco institucional das mudanças no modo de se fazer urbanismo no Rio de Janeiro (NOVAIS, 2014). O seu lançamento animou o debate urbanístico em virtude do concurso promovido em 1993 – pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil, diretório Rio de Janeiro (IAB-RJ) e pelo Instituto de Planejamento da Gestão Governamental (IPLAN-RIO) – para a seleção de metodologias de intervenções urbanas coordenadas por arquitetos. Aliás, o PRC representou a primeira oportunidade que duas gerações de arquitetos tiveram para projetar e discutir o espaço urbano (NOVAIS, 2014).

Foram realizadas intervenções a fim de requalificar áreas centrais de alguns bairros. A escolha do bairro como unidade de referência para as intervenções pontuais estava alinhada com a experiência conduzida por Oriol Bohigas em Barcelona, à época em que esta cidade se preparava para as Olimpíadas de 1992. A cidade é, segundo esta perspectiva, “(...) um agrupamento de comunidades; cada bairro um conjunto social homogêneo, um amálgama do qual não se discernem partes” (NOVAIS, 2014, p. 29). Esta compreensão de cidade permite destacar os bairros do território, ignorando-se as relações estabelecidas entre os distintos fragmentos. Tal operação desconsidera que as diferenças entre as partes da cidade são “expressões de desigualdades estruturais” (NOVAIS, 2014, p. 29).

A crítica ao urbanismo modernista e a adoção de práticas atualizadas, importadas de experiências europeias, “permitiam o enfrentamento de questões relacionadas ao prestígio da disciplina urbanística e aos interesses profissionais relacionados à recuperação do mercado de projetos em urbanismo” (NOVAIS, 2014, p. 17). A valorização da concepção de Projeto Urbano sinalizou a adoção de uma nova perspectiva no urbanismo. Ela foi seguida de discursos críticos ao “urbanismo de plano”, ao Plano Diretor (NOVAIS, 2011).

O emprego da ideia de PU indica a realização de intervenções pontuais sobre o espaço da cidade a fim de se promover impactos sociais e econômicos estruturais. Credita-se a tal ferramenta um foco adaptativo, ajustável a distintas ocasiões, adequada até mesmo para intervenções em favelas.

URBANIZAÇÃO DE FAVELAS COMO CAMPO DE ARQUITETOS

Superando as ideias de remoção e de estrita produção de unidades habitacionais, a urbanização se consolidou enquanto política para as favelas a partir dos anos 1980¹. Apesar de pontuais, as experiências empreendidas pela Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO) na década de 1960 se fixaram como referências para programas posteriores (CARDOSO, 2007), pois recorrentemente aciona-se nominalmente o caso de Brás de Pina e a ideia de integração da “comunidade” na cidade ainda predomina nos projetos de urbanização de favelas.

As intervenções em favelas cariocas realizadas nos anos de 1980 tiveram um caráter reduzido e experimental. Apesar disso, nesse período foram constituídos os procedimentos e as estruturas institucionais que possibilitaram a ampliação da ação na década seguinte (CARDOSO, 2007).

Nos anos 1990, a atuação em favelas adquiriu um foco mais urbanístico que propriamente habitacional (DENALDI, 2003). Uma conjunção de fatores contribuiu para a definição da favela como um “problema de urbanismo”. Primeiramente, repercutiu um movimento iniciado com as experiências da CODESCO, no qual o Estado se responsabilizou pela criação de infraestrutura e pela integração espacial, deixando a cargo dos moradores as melhorias habitacionais (CARDOSO, 2007). Ao mesmo tempo, esteve associado à incorporação por parte dos arquitetos-urbanistas de novos modelos de ação, que permitiram a expansão do projeto para o urbano. Está relacionado também ao fato do urbanismo ter se tornado parte da política partidária carioca da época, integrando arquitetos ligados à prática projetual na gestão municipal, os quais contribuíram para a afirmação da terceirização dos projetos de urbanização de favelas. Neste contexto, arquitetos foram contratados através de concursos e outros procedimentos licitatórios.

A terceirização possibilitou a profissionais liberais a incomum oportunidade – até aquele momento – de projetar em favelas no Rio de Janeiro. A partir do Concurso Favela-Bairro (de 1994), arquitetos-urbanistas constituíram um conhecimento prático e, ao mesmo tempo, trouxeram do mercado de projetos uma linguagem e um modo particular de trabalho para a urbanização de favelas (ANDRADE; RODRIGUES, 2001).

Em 2010, a rearticulação de distintos atores sociais possibilitou outra “oportunidade de trabalho” (JANOT, 2011, p. 6) para arquitetos, que puderam demonstrar seus conhecimentos sobre urbanização de favelas em um novo concurso também promovido pela PCRJ e organizado pelo IAB-RJ, chamado Morar Carioca. Um número significativo de

¹ Para mais detalhes ver Cardoso (2002 e 2007) e Denaldi (2003).

interessados participou deste certame, superior ao contabilizado no concurso anterior, demonstrando a difusão do tema no meio profissional.

Os parâmetros que serviram de referência para a elaboração das propostas concorrentes em 2010 deram sequência a ideias já conhecidas, por exemplo, ao centrar-se na busca da integração social por meio da conexão espacial. Entretanto, novas ideias foram introduzidas, associadas especialmente aos acúmulos teóricos referentes à noção de Projeto Urbano (requalificação, metástase urbana, estruturação).

O *modus operandi* dos arquitetos – orientado para a realização de projetos para modificação do espaço físico objetivando a obtenção de efeitos sociais específicos – foi consagrado e legitimado nas políticas dirigidas às favelas. Tornou-se socialmente aceito o domínio estabelecido por esses profissionais em ações com este caráter.

A seguir são apresentadas as principais ideias sobre a cidade contemporânea expostas pelos arquitetos Pablo Benetti e Jorge Jáuregui – e suas respectivas equipes – em textos e projetos urbanísticos. Buscou-se compreender a essência das concepções acionadas por eles para atuar especialmente em favelas.

Vencedores de ambos os concursos, Favela-Bairro e Morar Carioca, que visavam selecionar metodologias de intervenção em favelas, os arquitetos se tornaram referência no tema, pois, à medida que desenvolveram seus experimentos, também iniciaram a produção teórica sobre o assunto, opção que os diferencia de seus pares.

FAVELAS CARIOCAS SOB AS LENTES DO PROJETO URBANO

A concepção de Projeto Urbano (PU) é acolhida por Pablo Benetti (BENETTI, 2003; 2004; 2012), que reconhece na sua origem o ensaio para supressão das barreiras que separam os arquitetos *stricto sensu* do urbanismo, campo disciplinar do qual se reaproximam por meio da ênfase ao projeto localizado em oposição ao plano de larga escala e de longo prazo (BENETTI, 2012).

Através das lentes e técnicas do PU seria supostamente possível reconhecer os heterogêneos tecidos que compõem a cidade (BENETTI, 2012) e promover “costuras” que integrem, por exemplo, favelas e áreas de urbanização regular. Essas “suturas” físicas, representadas pela criação de espaços públicos nas bordas das favelas, seriam expressões da presença do Estado e visariam promover “ocupação social” e integração entre os moradores das distintas áreas. As modificações no espaço físico buscam desfazer estigmas sociais associados à favela e aos seus habitantes (BENETTI, 2003).

O PU também possibilitaria a conciliação entre os desejos de modificação e conservação dos espaços e símbolos internos das favelas, além de supostamente permitir a reflexão sobre a medida ideal de abertura das favelas para o seu exterior, harmonizando com os interesses de reclusão dos seus habitantes (BENETTI; BARRA; FREITAS et al., 1996). O

processo de elaboração do PU ponderaria também a respeito da tensão entre participação popular e autonomia autoral do arquiteto (BENETTI, 2012).

No Concurso Favela-Bairro, a equipe liderada por Pablo Benetti, em consonância com as ideias difundidas pelos organizadores do certame, apresenta a urbanização de favela como a possibilidade de sua transformação em bairro, através da reprodução no seu interior de elementos que caracterizam a cidade formal. Abertura de vias para promoção de acessibilidade, legalização da propriedade da terra, distinção das propriedades públicas e privadas, retirada de casas seguida da verticalização de habitações coletivas para a abertura de espaços livres, eliminação da precariedade com a criação de saneamento básico, supressão dos contrastes físicos entre favela e cidade através de “continuidades” ou elementos de transição: todos estes são pontos explorados pelo grupo de Benetti na sua primeira proposta de urbanização de favelas (BENETTI; BARRA; FREITAS et al., 1996).

A metodologia de projeto de urbanização da favela proposta por Benetti é composta de cinco fases. Na primeira delas é realizado o levantamento das necessidades dos moradores e a “tradução” pelos arquitetos das suas demandas, as quais são posteriormente classificadas em termos de aceitação ou rejeição pelo conjunto de moradores.

Na segunda fase é definido o programa que o projeto deve atender. Paralelamente, os projetistas objetivam mobilizar a “comunidade” a fim de obter a sua colaboração no projeto. Nessa fase identificam as “forças sociais” e os “principais interlocutores”. Indicam que nesse momento os moradores devem assumir o papel de “cliente”, demandando o atendimento de suas aspirações coletivas (BENETTI; BARRA; FREITAS et al., 1996).

Ainda na segunda fase, paralelamente às atividades descritas no parágrafo anterior, é realizado também o levantamento físico-social da favela, com o objetivo de:

“[...] Obter uma planta baixa na qual figurem todas as construções existentes, a altura e configuração, o estado geral das mesmas, os materiais de acabamento, os serviços de que dispõem, os limites aproximados destas propriedades em relação às vizinhas, relação entre ocupantes de construções vizinhas (parentesco, amizades, etc.). O resultado deste levantamento deverá ser uma planta baixa na qual seja possível identificar as redes e ruas existentes, mostrando o gabarito das construções que a margeiam em cada caso, as circulações principais e secundárias, os espaços comunitários a serem preservados” (BENETTI; BARRA; FREITAS et al., 1996, p. 85; grifo meu).

Neste ponto fica evidenciado o modo como os arquitetos – de um modo geral – lidam com as informações variadas que obtêm em seus levantamentos. Os dados são condensados e expressos através de técnicas gráficas: a representação em planta baixa, ou seja, vista de cima, é uma das formas de expressão que permite aos urbanistas contemplarem uma porção ampla do território. A partir da sobreposição de mapas temáticos, os planejadores se valem de um “olhar de sobrevoo, [...] que, situado fora e acima do mundo – e da cidade – pode tudo ver e controlar” (CARDOSO, 1995). O

cruzamento das informações obtidas da favela em plantas baixas permite aos arquitetos extraírem novos elementos e estabelecer uma leitura diferenciada do espaço. As várias informações parciais quando conjugadas permitem uma compreensão nova, a partir da qual os projetistas pretendem estabelecer o controle sobre o seu objeto de intervenção, qual seja o espaço físico das favelas. A partir deste “olhar totalizador”, “olho solar” que vê o conjunto a partir do alto, o urbanista pode se realizar enquanto “administrador do espaço” (CERTEAU, 1998) e sobre ele intervir.

A representação em planta baixa de informações sobre aspectos físicos, sociais, econômicos, entre outros, proporcionam aos urbanistas a percepção de conhecimento e controle do território. O domínio desses dados diversos expressos graficamente também lhes permite crer que, a partir de modificações no espaço físico, conseguem alterar outras dimensões da realidade (por exemplo, a percepção das pessoas e estigmas sociais). Após reconhecer e representar o espaço inserindo informações de naturezas distintas, os arquitetos percebem-se aptos para alterá-lo através do projeto. Modificando o espaço pretendem transformar a sociedade.

Deste modo, após o levantamento de dados da favela, segue-se para o projeto. A terceira fase da metodologia proposta pelo grupo liderado por Benetti consiste na elaboração do estudo preliminar, primeira solução projetual para atendimento das demandas dos moradores. O projeto também é representado através de plantas baixas e outras peças gráficas que possibilitam a compreensão do espaço e a exposição das alterações sugeridas nele. O estudo preliminar é submetido à aprovação da população.

A quarta fase é denominada anteprojeto. Apresenta-se a solução final de projeto, considerando a incorporação das alterações solicitadas na etapa anterior. São detalhados também os pontos que tenham gerado questionamentos da “comunidade”, submetendo o projeto novamente à sua aprovação. Na quinta e última fase é elaborado o projeto executivo, que visa esclarecer detalhes para a execução da obra.

A metodologia de projeto de intervenção em favelas proposta pelo grupo de Benetti se assemelha com as fases usualmente empregadas na realização de projetos arquitetônicos de edificações, geralmente compostas de: levantamento de dados, estudo preliminar, anteprojeto, projeto legal (de aprovação nos órgãos competentes) e projeto executivo. Este grupo de projetistas transpõe, portanto, sem mediações, as etapas do projeto arquitetural para a realização de projetos de urbanização de favelas.

No último concurso temático, o grupo dirigido por Pablo Benetti² mostrou-se afinado com as ideias apregoadas pelos propugnadores do Morar Carioca. Semelhantemente ao apontado no texto de apresentação do concurso, os projetistas associam os investimentos em urbanização de favelas àqueles destinados à realização dos grandes eventos esportivos na cidade em 2014 e 2016. Nessa conjugação de recursos, as urbanizações de favelas comporiam o que se denominou de “legado olímpico” (CALAFATE; BENETTI; PINA et al, 2011).

² A coordenação da equipe na ocasião foi dividida com o arquiteto João Calafate, seu sócio na Fábrica Arquitetura.

Benetti e seu grupo enxergam no Morar Carioca avanços em relação ao Favela-Bairro, especialmente no que tange à ampliação da escala da intervenção, que buscou atuar não apenas em uma favela, mais num conjunto com várias próximas, envolvendo até mesmo partes da cidade formal. Os arquitetos apresentam um projeto para o complexo de favelas da Maré, que envolve intervenções na Avenida Brasil e na Linha Amarela (CALAFATE; BENETTI; PINA et al, 2011).

A principal diferença entre as propostas de Benetti para os Concursos Favela-Bairro e Morar Carioca consiste na consideração da favela na última ocasião como uma forma peculiar e legítima de habitação. Com isso, não objetivam mais transformá-la em bairro, como anteriormente, mas “costurá-la” ao entorno de maneira a anexar distintos fragmentos urbanos. Seria possível mantê-la como elemento urbano próprio, mas que necessita de ajustes pontuais.

Por outro lado, a proposta do Morar Carioca não se difere tanto da anterior em termos conceituais: Benetti e seu grupo propõem a mesma metodologia contendo 5 fases que envolve a participação popular; seguem com a noção de desadensamento; e indicam intervir nas bordas da favela, enfatizando desta vez a ideia de “costura” de partes fisicamente distintas, diferentemente do Favela-Bairro, quando destacaram as noções de continuidade e transição.

ARTICULAÇÃO DE FRAGMENTOS URBANOS

Jorge Jáuregui reconhece no Favela-Bairro a inauguração de um campo para um determinado conjunto de arquitetos, com o qual se identifica, formado por profissionais liberais não ligados ao Estado, que elaboraram uma forma específica de atuação em favelas, apoiada inclusive na intuição arquitetural (JÁUREGUI, 2003). Ele, especificamente, construiu um método de projeto a partir de aportes de outras disciplinas, sobretudo filosofia e psicanálise, das quais importa ideias orientadoras (JÁUREGUI, 2012). A transposição de várias concepções externas ao campo tem contribuído para distinguir a sua abordagem no urbanismo.

De acordo com Jáuregui, o Estado – desde a década de 1990 – passou a gerenciar os recursos públicos empregados na contratação de empresas privadas, permitindo que arquitetos-urbanistas assumissem a liderança do processo de formulação de projetos para fragmentos do território. A eles foi permitida a condução intelectual das intervenções urbanas. São esses profissionais que passam a dialogar com os moradores da favela, a fim de levantar as demandas e as necessidades a serem atendidas no projeto (JÁUREGUI, 2003).

Na proposta para o Concurso Favela-Bairro, Jáuregui indica que a cidade deve ser apreendida em sua complexidade, através do cruzamento de diferentes dados. Apesar do entendimento ampliado, as ações dos projetos dirigidos por arquitetos têm um foco: visam tratar os efeitos espaciais do desequilíbrio social. Embora a atuação seja restrita, seus objetivos são ambiciosos: buscam alterar o espaço social, modificando o presente e o devir (JÁUREGUI; OLIVEIRA; AFLALO et al, 1996).

Em sua avaliação, o Programa Favela-Bairro possibilitou a inédita conexão entre arquitetos e favelados, pois estes não tinham condições de acessar os serviços daqueles “pelas vias normais do mercado” (JÁUREGUI; OLIVEIRA; AFLALO et al., 1996, p. 122). Ao aproximar esses profissionais dos moradores da favela, a municipalidade contribuiu “para resolver um problema público fundamental”: permitiu que um grande número de profissionais colocasse suas competências “a serviço do interesse comum” (JÁUREGUI; OLIVEIRA; AFLALO et al., 1996, p. 122).

Jáuregui finaliza o trabalho para o Concurso Favela-Bairro afirmando que os arquitetos possuíam os meios para alterar as condições presentes e evitar futuros indesejáveis: supõe-se que através de modificações no espaço físico seria possível alterar, de forma supostamente controlada, as condições de vida no devir (JÁUREGUI; OLIVEIRA; AFLALO et al., 1996, p. 124).

No Morar Carioca, diferentemente do primeiro concurso, Jorge Jáuregui expõe detalhadamente sua metodologia de intervenção em favelas. No projeto de 1994, a apresentação de seu método é secundária, resumindo-se à exposição de um fluxograma, sem maiores descrições.

Em 2010, o arquiteto assume uma postura reflexiva e crítica em relação ao Favela-Bairro, do qual procura extrair lições. Em seu entendimento, o projeto de urbanização de favelas deve apreender uma grande porção do território, mas atuar pontualmente, visando obter resultados estruturais. Deve trabalhar em várias escalas simultaneamente, qualificando espaços públicos a fim de criar novas centralidades urbanas e reforçar outras existentes (JÁUREGUI; SAMPAIO; SANTOS et al, 2011).

Articulação é uma noção-chave utilizada por Jáuregui nos projetos para favela: é supostamente mais completa que as concepções de “remoção” e “integração” e serve para exemplificar o vínculo que pretende estabelecer entre as partes da ‘cidade partida’, de modo a “costurar” frações urbanas heterogêneas (JÁUREGUI, 2012).

Conforme sugere, o trabalho do “arquitetourbanista” – noção que utiliza para descrever a fusão dos conhecimentos do arquiteto e do urbanista – consistiria em ler a “estrutura do lugar” a partir de diferentes contribuições disciplinares, interpretando os desejos dos moradores a fim de criar articulações entre os distintos fragmentos urbanos e entre as dimensões espacial e social. A observação desse “arquiteto-leitor” não é passiva: ao contrário, é propositiva e orientada – de partida – para a modificação do espaço. Jáuregui confere importância à subjetividade desse profissional no projeto, o qual possui um papel ativo na captação das demandas, sobre as quais atua interpondo sua singularidade. O “arquitetourbanista” se esquia da neutralidade e não se submete às vontades dos clientes, disputando com eles o significado de seus desejos (JÁUREGUI, 2012).

“O arquiteto-urbanista deve se assumir como um artista polissêmico, polifônico, interpretando uma diversidade de vozes (e, portanto de demandas) cuja singularidade (inclusive estética) deve possibilitar uma cartografia multidimensional da produção de subjetividade, onde a

qualidade do trabalho se exprima na consistência que for capaz de apresentar enquanto enunciador subjetivo em relação com o objeto arquitetural e com o objeto urbanístico.

Os focos de singularização, os germes de urbanidade que visamos materializar não podem ser assumidos através de simples procedimentos consensuais e democráticos. O arquiteto criador de espaço deve buscar transferir para a subjetividade coletiva a sua própria singularidade. Nisto consiste a função social do arquiteto. Ele não é um assistente técnico do 'cliente' (mesmo que este seja uma comunidade), senão alguém que tem de interligar a sua criatividade individual com as múltiplas coações materiais e sociais às quais é confrontado" (JÁUREGUI; OLIVEIRA; AFLALO et al., 1996, p. 123).

Na visão de Jáuregui (2012), Projeto Urbano (PU) possui "valor simbólico e instrumental", pois parte de uma visão de conjunto da cidade a fim de combater "a falta de articulação da estrutura urbana" (JÁUREGUI, 2012, p. 116). Através desse instrumento-método é possível pensar "onde" e "como" intervir na cidade, além do que deve ser feito de forma antecipada. O PU procura promover a renovação da cidade a fim de melhorar as condições de vida de todos os cidadãos, uma vez que se inscreve na lógica do "desenvolvimento durável" (sustentável) e é direcionado para a "mobilização produtiva do território" (JÁUREGUI, 2012, p.117). Desta forma, a partir de intervenções físicas no espaço, espera-se cooperar para o desenvolvimento econômico.

As noções de desenvolvimento sustentável e mobilização produtiva do território, amplamente exploradas por distintos agentes sociais nos últimos anos em diversas esferas de discussão (academia, política, senso comum, etc.), são acionadas por Jáuregui junto à ideia de Projeto Urbano em seu livro e também no projeto para o Concurso Morar Carioca (JÁUREGUI; SAMPAIO; SANTOS et al, 2011). Apesar de mencioná-las, o autor não as explica. Deste modo, procura tirar partido da legitimidade e do poder de mobilização destas noções, a fim de validar suas proposições e facilitar a aceitação da ideia de Projeto Urbano. Ao acionar ideias-força mobilizadoras, autoexplicativas, com força e legitimidade próprias, o arquiteto aufere credibilidade e reconhecimento para seu discurso e seu trabalho.

O Projeto Urbano é um instrumento nomeadamente importante no pensamento de Jáuregui: seria adaptável a diferentes circunstâncias e atenderia a distintos objetivos. Nas políticas habitacionais, o PU seria necessário para construir a noção de urbanidade inexistente nas favelas (JÁUREGUI, 2003), as quais são descritas como ocupações desordenadas, resultantes da ausência de planejamento e da topografia irregular. Em seu entendimento, o território fragmentado dificultaria a vida dos cidadãos (JÁUREGUI, 2012).

As favelas são – de acordo com Jorge Jáuregui – ocupações desordenadas. Elas foram formadas pela falta de regulação e planejamento nas cidades. "A crescente ocupação desordenada do território é um processo de longa data, cujo efeito multiplicador se torna evidente ao mais desatento observador" (JÁUREGUI, 2012, p. 54).

Ao mesmo tempo, Jáuregui explica a existência de áreas informais e a descontinuidade do tecido urbano como um reflexo da topografia acidentada das cidades latino-americanas:

“Muitas cidades latino-americanas, por suas condições geográfico-topográficas apresentam em toda a sua área urbana um tecido que se encontra mesclado entre a cidade formal e a cidade informal (...)” (JÁUREGUI, 2012, p. 54).

Para o arquiteto, as favelas são a expressão mais “contudente” da fragmentação espacial que caracteriza as grandes cidades latino-americanas contemporâneas. A “morfofenética” da cidade atual é marcada pela “falta de continuidade, de estabilidade, de homogeneidade, de equilíbrio e com a formação de arquipélagos que configuram uma nebulosa urbana” (JÁUREGUI, 2012, p. 81).

Como resultado dessa fragmentação, as megalópoles possuem “condições de vida extremamente difíceis para uma parte significativa da população (...)” (JÁUREGUI, 2012, contracapa). O autor recomenda que para enfrentar essa situação se deva ter atenção especial sobre “as relações entre as partes formais e informais do tecido urbano” (JÁUREGUI, 2012).

O pensamento de Jorge Jáuregui se apoia em um forte determinismo espacial: para ele, não são as desigualdades estruturais ou o capitalismo que criam difíceis condições de vida para um grande número de pessoas, mas sim a fragmentação espacial. Nesse sentido, a segregação socioeconômica é resultante da segregação espacial: o espaço fragmentado “desarticulária” a sociedade. No entanto, as costuras espaciais criadas pelo “arquitetourbanista” supostamente seriam capazes de articular as várias dimensões da cidade.

URBANISMO RENOVADO PARA AS FAVELAS CARIOCAS: UM ESFORÇO DE SÍNTESE

Os modos de pensar e fazer o urbanismo foram alterados a partir da década de 1990. Novos modelos de ação possibilitaram o retorno de arquitetos de fora da administração pública à prática e o debate foi renovado. O projeto pontual foi valorizado em detrimento do plano em larga escala, alterando o foco da atuação: as intervenções se concentraram em fragmentos em vez da cidade como um todo. Prevaleceu a disposição para apreender a cidade a partir de suas formas construídas e seu aspecto visual. Os bairros, no quais identificam unidade formal e tipológica e um conjunto social homogêneo, foram tomados como referência para as intervenções localizadas.

Os recentes esforços dos arquitetos para consolidar e ampliar seu campo de atuação se concentram na valorização do projeto enquanto instrumento e método próprio de compreensão e intervenção no espaço. O projeto para partes do território ganha evidência

sobre o plano regulatório da cidade. É neste sentido que a noção de Projeto Urbano se insere nos esforços para a expansão das atribuições dos arquitetos para a escala da cidade.

No Rio de Janeiro ocorre uma ruptura, não observada em outras cidades brasileiras na década de 1990. Porto Alegre, Santo André e outras localidades realizaram planos diretores e novas leis de uso do solo no mesmo período. Em muitas cidades são incorporados elementos do planejamento estratégico, mas a concepção de Projeto Urbano ganha força mesmo na capital fluminense.

Coincidiu o momento em que os arquitetos voltaram a realizar projetos urbanísticos com a consolidação da urbanização como resposta ao “problema-favela”: no Rio de Janeiro, nos anos 1990, a cidade foi reconquistada enquanto objeto arquitetural e a favela foi apreendida como questão de urbanismo. A presença de arquitetos ligados à prática projetual na gestão municipal contribuiu para o enfrentamento do desafio representado pela favela através de projetos urbanísticos. A participação desses atores sociais também cooperou para o estabelecimento da terceirização como ação usual pela municipalidade. O escopo dessas contratações consagrou o método de trabalho dos arquitetos: a finalidade é o projeto para alteração do espaço físico e todos os atos preliminares são orientados para este objetivo.

Tais fatos possibilitaram a participação inédita de profissionais liberais em projetos para as favelas cariocas: a partir de 1994, arquitetos-urbanistas começaram a experimentar suas ideias na cidade informal, trazendo consigo um modo peculiar de perceber e conceber a cidade. Um conhecimento prático foi estabelecido sobre o assunto e novas articulações entre diversos atores sociais propiciaram novas oportunidades de trabalho, consolidando esse campo de atuação.

Vencedores de ambos os concursos promovidos pela PCRJ e organizados pelo IAB-RJ para selecionar metodologias de intervenção em favelas, Jorge Jáuregui e Pablo Benetti se tornaram referência no campo, pois à medida que desenvolveram seus experimentos em favelas também iniciaram suas próprias produções teóricas sobre o assunto, fato que os diferencia de seus pares. Por um lado, seus escritos servem de referência para outros arquitetos e promovem a circulação de ideias. Por outro, contribuem para vocalizar o ideário compartilhado por um número significativo de participantes dos dois eventos estudados. De modo que suas contribuições textuais são tomadas aqui como depoimentos de uma geração de profissionais formada entre os anos 1960 e 1980, que passou a realizar projetos urbanos a partir de 1990 no Rio de Janeiro.

Em seus textos e projetos, Jáuregui e Benetti (arquitetos argentinos, igualmente formados na década de 1970 em Rosário e que migraram para o Brasil em função da ditadura em seu país) supõem a possibilidade de controle dos efeitos socioeconômicos decorrentes das alterações espaciais previstas em seus projetos, julgando ser possível maximizar benefícios e minimizar danos. Contribui para afirmação desta crença a acolhida da noção de Projeto Urbano (PU) após o Concurso Favela-Bairro, quando esta passou a ser mais sistematicamente difundida nos meios acadêmico e profissional. PU faz parte do ferramental ideológico que sugere a realização de intervenções pontuais sobre o espaço da cidade, a fim de se promover impactos sociais e econômicos estruturais. Estes arquitetos lançam mão

desta concepção e a utilizam a fim de gerar rearranjos em um conjunto urbano mais amplo a partir de modificações físicas em pontos estratégicos. Creditam a tal ferramenta um foco adaptativo, ajustável a diferentes ocasiões, adequado até mesmo para intervenções em favelas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, S. N. D.; RODRIGUES, J. A terceirização de projetos em políticas de urbanização de favelas: um olhar comparativo entre o programa Favela-Bairro (Rio de Janeiro) e o Projeto Terra (Vitória). *Anais ENANPUR*, 2001.

BENETTI, P. C. Projeto urbano em favelas. In: SCHICCHI, M. C; BENFATTI, D. (Org.). *Urbanismo: Dossiê São Paulo – Rio de Janeiro*. Campinas: PUCCAMP/PROURB, 2003.

_____. Violência e projeto urbano em favelas. *Arquitextos, Vitruvius*. Maio, 2004.
Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.048/580>.

_____. *Habitação Social e Cidade: Desafios para o ensino de projeto*. 01. ed. Rio de Janeiro: Rio Books, 2012.

BENETTI, P. C.; BARRA, E.; FREITAS, H. et al. Equipe 112. In: DUARTE, C. R.; SILVA, O. L.; BRASILEIRO, A. *Favela, um bairro: propostas metodológicas para a intervenção pública em favelas do Rio de Janeiro*. São Paulo: Pro-Editores, 1996.

BOUTINET, J. P. *Antropologia do projeto*. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

CALAFATE, J. C. L; BENETTI, P. C., PINA, J. A. et al. Equipe 140. In: *CONCURSO MORAR CARIOCA: PLANO MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS INFORMAIS. Catálogo propostas metodológicas*. Rio de Janeiro, Departamento do Rio de Janeiro do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RJ, 2011.

CARDOSO, A. L. Construindo a utopia: Lúcio Costa e o pensamento urbanístico no Brasil. In: *Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. Ano IX, nº 27, 1989.

_____. O Urbanismo de Lúcio Costa: contribuição brasileira ao concerto das nações. In: RIBEIRO, L. C. Q.; PECHMAN, R. (Org.). *Cidade, Povo e Nação*. 1ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. O Programa Favela-Bairro - Uma Avaliação. In: *Seminário de Avaliação de Projetos IPT Habitação e Meio Ambiente Assentamentos Urbanos Precários*, 2002, São Paulo. Anais do Seminário de Avaliação de Projetos IPT Habitação e Meio Ambiente Assentamentos Urbanos Precários. São Paulo: Páginas e Letras Editora e Gráfica LTDA, 2002.

_____. Avanços e desafios na experiência brasileira da urbanização de favelas. *Cadernos Metrópole (PUCSP)*, v. 17, p. 219-240, 2007.

CERTEAU, M. D. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

- CHOAY, F. *O urbanismo: utopias e realidade: uma antologia*. Perspectiva: São Paulo, 1979.
- COUTINHO M. DA SILVA, R. Transformações Recentes na Prática de Gestão de Projetos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro. In: BENFATTI, D.; SCHICCHI, M. C. (Org.). *Urbanismo: Dossiê São Paulo-Rio de Janeiro*. 1ed. Rio de Janeiro/Campinas: PROURB/PUCCampinas, 2003, v. 1, p. 103-112.
- DENALDI, R. *Política de urbanização de favelas: evolução e impasses*. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2003.
- DURAND, J. C. *Arte, privilégio e distinção: artes plásticas, arquitetura e classe dirigente no Brasil, 1855-1985*. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- _____. Negociação política e renovação arquitetônica: Le Corbusier no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 6, n.16 jun, p. 5-26, 1991.
- JANOT, L. F. D. Concurso Morar Carioca: Conceituação e prática em urbanização de Favelas. In: *CONCURSO MORAR CARIOCA: PLANO MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS INFORMAIS: Catálogo propostas metodológicas*. Rio de Janeiro, Departamento do Rio de Janeiro do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RJ, 2011.
- JÁUREGUI, J. M. Políticas para construir ciudad, no para hacer casitas: Jorge Jáuregui y el programa Favela Barrio, de Río de Janeiro. *Café de las ciudades*. Out. 2003. Entrevista concedida a Marcelo Corti. Disponível em <http://www.cafedelasciudades.com.ar/entrevista12.htm>. Acesso em: 7 jul. 2014.
- _____. *Estrategias de articulación urbana*. Buenos Aires: Nobuko, 2012.
- JÁUREGUI, J. M.; OLIVEIRA, A. R. M. B.; AFLALO, B. et al. Equipe 117. In: DUARTE, C. R.; SILVA, O. L.; BRASILEIRO, A. *Favela, um bairro: propostas metodológicas para a intervenção pública em favelas do Rio de Janeiro*. São Paulo: Pro-Editores, 1996.
- JÁUREGUI, J. M.; SAMPAIO, A. L.; SANTOS, M. et al. Equipe 105. In: *CONCURSO MORAR CARIOCA: PLANO MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS INFORMAIS*. Catálogo propostas metodológicas. Rio de Janeiro, Departamento do Rio de Janeiro do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RJ, 2011.
- NOVAIS, P. *Uma estratégia chamada “planejamento estratégico”: deslocamentos espaciais e a atribuição de sentidos na teoria do planejamento urbano*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.
- _____. Reconfiguração do Urbanismo no Brasil: alguns fundamentos sociais da participação acadêmica. In: *XIV Encontro Nacional da ANPUR - Quem planeja o território? Atores, arenas e estratégias*, 2011, Rio de Janeiro. Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

_____. Urbanismo na cidade desigual: o Rio de Janeiro e os megaeventos. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)*, 2014.

PINHEIRO MACHADO, D. B. Projetos Urbanos e cidade: o Rio de Janeiro dos anos 90. In: BENFATTI, D.; SCHICCHI, M. C. (Org.). *Urbanismo: Dossiê São Paulo-Rio de Janeiro*. 1ed. Rio de Janeiro/Campinas: PROURB/PUCCampinas, 2003, v. 1, p. 277-286.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria. In: VAINER, C.; ARANTES, O.; MARICATO, E. (Org.). *A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos*. 1ed. Petrópolis: Vozes, 2000.